

# Falta de política estatal assassina o nosso cinema

ALEXANDRE RIBONDI

"Qual é a política de Estado para o cinema brasileiro?" A pergunta, carregada de indignação, vem de Valkiria Barbosa, carioca de 33 anos, diretora do Rio Cine Festival, presidente da Fundação Centro Cultural do Rio Cine Festival e coordenadora do Fórum dos Festivais, que se reuniu, ontem à tarde, para dar um encaminhamento mais claro e mais proveitoso às festas do cinema brasileiro espalhados no Brasil. E ela continua: "Do nosso lado, cumprimos com o nosso papel: produzimos filmes, captamos recursos da iniciativa privada e fomentamos o mercado. A política estatal tem que ser competente e consequente em sua atuação. No momento, ela está assassinando o cinema brasileiro".

Estas declarações de Valkiria Barbosa são muitos propícias, em sua própria opinião. Afinal, o Festival de Brasília do Cinema Brasileiro acontece na capital da República: "Por isto mesmo, este Festival tem a obrigação de ser exemplar e mostrar ao poder institucional a força que o cinema tem como instrumento de venda da imagem do País". E concluiu com um lamento: "O Festival de Brasília não se impôs neste objetivo".

Estas considerações sobre festivais e política estatal são, na verdade, a ponta de um imenso iceberg. Se o cinema brasileiro fez sucesso de bilheteria nos anos 70 ("Por conta de uma ideologia paternalista do regime militar", admite Valkiria Barbosa), nunca foi preparada uma política industrial para produzir obras e colocá-las no mercado com conhecimento de causa. Ela continua suas denúncias: "A Embrafilme, que atualmente é uma empresa mista, é responsável pelo que está acontecendo, ao fazer com que o cinema nacional não ocupe nem 50 por cento do mercado. Isto porque ela não tem estratégia de mercado, nunca fez pesquisa de público para saber como lançar seus produtos".

E não é só isto. Segundo a diretora do Rio Cine Festival, a coisa é muito mais grave. Ela explica: "Há uma flagrante falta de seriedade na fiscalização das salas de cinema. Um estudo do Concine provou que, de 82 a 87, houve uma evasão de cerca de 50 por cento de bilheteria.

Um filme brasileiro com 500 mil espectadores oficiais podia chegar a ter, na verdade, um milhão". Nesta situação, gravíssima, as coisas são ainda piores: "Segundo o Decreto 862, 40 por cento do total de imposto a ser pago pelas distribuidoras multinacionais no Brasil deveriam ir para os bolsos da Embrafilme. O que acontece na verdade, é que esta empresa não cobra os impostos devidamente e há, no momento, uma dívida de Cz\$ 1.5 bilhão por parte das distribuidoras". Finalmente, ela alerta, diante da situação paradoxal de que a própria Embrafilme não tem recursos para custear novas produções: "Isto é sonegação de imposto, é um caso de Polícia Federal".

Assim, tudo indica que um festival, como o que acabou de acontecer em Brasília, poderia, além de discutir estética e novas propostas cinematográficas, aproveitar a boa oportunidade de estar ao lado do Congresso Nacional e da Presidência da República para pôr a boca no trombone. Não só em Brasília, de qualquer jeito, mas em todos os outros certames. Por isto é que a própria Valkiria Barbosa não acredita que haja um derramamento de festivais num país de vacas magríssimas: este ano, o Brasil viu apenas 25 filmes novos serem lançados nas telas, contra cerca de 70 no ano anterior. Mesmo assim, temos nove festivais brasileiros. E muito? Sua resposta:

"Não, não é. Quanto mais pudermos mostrar o cinema brasileiro, quanto mais pudermos nos reunir e discutir nossa indústria, melhor. Mas temos que produzir, temos que ser eficientes, porque, em meio da crise, não é possível gastar dinheiro só com festas".

Acontece, no entanto, que, com tantos festivais em um só país, as coisas andam atropeladas no cenário nacional. Um certamente empurra o outro, como num inquietante castelo de cartas onde qualquer desequilíbrio compromete a estrutura geral. Esta situação está sendo discutida nos fóruns. A sugestão de Valkiria Barbosa é a de que "façam um intervalo de 30 dias entre um festival e outro". E propõe o calendário que começaria em abril, com Gramado, passaria para junho, com Fortaleza e agosto com o Rio Cine. Setembro seria desdobrado: no início, iriam todos para a Jornada da Bahia e, nos últimos dias, desembocariam em Natal. Outubro seria dedicado a Brasília. No início de novembro, seria a vez da Jornada do Maranhão e o fim do mesmo mês ficaria com o FestRio. O Festival de São Paulo ficaria também com os meados de outubro. Com uma novidade: em maio do próximo ano será dada a partida para mais uma festividade, o Festival Internacional de Curtas de Parati, Rio de Janeiro.

MILA PETRILLO



Valkiria: críticas à política da Embrafilme